

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

LARISSA SOUSA OLIVEIRA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA UM ALUNO SURDO
DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ABDALLA**

**Imperatriz
2021**

LARISSA SOUSA OLIVEIRA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA UM ALUNO SURDO
DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ABDALLA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA/CCSST,
em cumprimento às exigências para obtenção do grau
de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Neylson Oliveira da Silva

**Imperatriz
2021**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

OLIVEIRA, Larissa Sousa.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA UM ALUNO
SURDO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ABDALLA / Larissa Sousa
OLIVEIRA. - 2021.

39 p.

Orientador(a): Neylson Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA, 2021.

1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Educação
Inclusiva. 3. Surdo. I. Oliveira, Neylson. II. Título.

LARISSA SOUSA OLIVEIRA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA UM ALUNO
SURDO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ABDALLA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA/CCSST,
em cumprimento às exigências para obtenção do grau
de Licenciatura Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Neylson Oliveira da Silva
Docente Externo
Orientador

Prof.^a Dr.^a Herli de Sousa Carvalho
Universidade Federal do Maranhão – UFMA Examinadora

Prof.^a Dr.^a Francisca Melo Agapito
Universidade Federal do Maranhão - UFMA Examinadora

Data da aprovação: 26/04/2021

Dedico este projeto a todos os professores que me influenciaram na minha trajetória. Em especial ao professor Antônio José, que infelizmente teve uma partida repentina. Jamais esquecerei todos seus ensinamentos e todo seu apoio.

“Se os seus projetos não saturarem a sua emoção, você não terá perseverança para executá-las.”

(Augusto Cury)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus pelas oportunidades que tive e pela força me concedida para agarrá-las.

Agradeço também à minha mãe por estar ao meu lado, me apoiando e me dando suporte para que eu pudesse sempre seguir os meus sonhos.

Aos colegas que se tornaram amigos, por toda colaboração e apoio nos momentos difíceis. Sem cada um deles, eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de surdo, seu funcionamento e sua importância no momento atual da educação de surdos. O propósito deste estudo é levantar uma discussão acerca da educação de surdos, do AEE e o papel que ele desempenha na perspectiva da implementação da educação inclusiva. Dessa forma, este ensaio é baseado em um estudo de caso, utilizando a entrevista como principal ferramenta para a coleta de dados. Busca-se, através de uma revisão bibliográfica, traçar uma linha do tempo da história da educação de surdos, desde a Antiguidade até os dias atuais, a fim de compreender a trajetória histórica e como chegamos a situação atual. Partindo disso, inicia-se uma discussão sobre o momento da educação de surdos em que estamos inseridos atualmente - educação inclusiva. Para compreender melhor esse momento atual, tomamos um caso específico de um aluno surdo para estudo, entrevistando a responsável pelo seu atendimento. Analisando os dados obtidos, a partir do ponto de vista de autores como Damázio (2007) e Sasaki (1999), tornou-se possível observar o papel fundamental do AEE nessa nova perspectiva da educação inclusiva e a representatividade dessa conquista para a comunidade surda.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Surdo, Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The present work deals with Specialized Educational Assistance (AEE) for the deaf, its functioning and its importance in the current moment of deaf education. The purpose of this study is to raise a discussion about the education of the deaf, ESA and the role it plays in the perspective of implementing inclusive education. Thus, this essay is based on a case study, using the interview as the main tool for data collection. It is sought, through a bibliographic review, to trace a timeline of the history of the education of the deaf, from Antiquity to the present day, in order to understand the historical trajectory and how we arrived at the current situation. Based on this, a discussion begins about the moment of education for the deaf in which we are currently inserted - inclusive education. To better understand this current moment, we took a specific case of a deaf student for study, interviewing the person responsible for his care. Analyzing the data obtained, from the point of view of authors such as Mirlene Ferreira Macedo Damázio and Romeu Kasumi Sasaki, it became possible to observe the fundamental role of AEE in this new perspective of inclusive education and the representativeness of this achievement for the deaf community.

Keywords: Specialized Educational Service, deaf, Inclusive Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ASL - American Sign Language

CBDS - Confederação Brasileira de Desportos de Surdos

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

INES - Instituto Nacional de Educação dos Surdos

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. HISTÓRIA, PERDAS E CONQUISTAS DO POVO SURDO: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS.....	19
2.1. Um pouco da história do povo surdo	15
2.2. A língua de sinais no Brasil	19
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EDUCAÇÃO DE SURDOS E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	22
3.1. Teoria E Prática do Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez. .	25
4. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA JOSÉ ABDALLA	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES.....	39

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre o Atendimento Educacional Especializado de Surdos explorando os acontecimentos de um caso específico, visando compreender como se dá esse atendimento, quem são os envolvidos, qual a sua função e a sua importância para o desenvolvimento do aluno com surdez.

A escolha dessa temática se deu pela proximidade e afinidade com o caso em questão, tendo acompanhado o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do aluno em questão e percebendo toda a sua evolução e a importância que o AEE teve em todo esse processo.

Me ocorreu então sobre a importância de tratar sobre assunto, a fim de que pudesse ser discutido o papel fundamental do AEE, visto que ainda é um assunto que não é discutido da forma como deveria nem no meio social e nem no meio acadêmico. A prova disso é o retrato da forma como a educação de surdos ainda é tida em grande parte das escolas. Conhecer esse serviço e ver na prática como ele transformou e transforma a vida de alunos surdos, traz um enriquecimento pedagógico e um despertar para a valorização desse serviço.

O estudo tem como principal objetivo discutir sobre o AEE de surdos, como ele funciona, quais suas etapas e, principalmente, qual sua contribuição para a educação de surdos no contexto atual. Além disso, busca-se também analisar e discutir a história da educação de surdos, seus avanços e retrocessos, e como chegamos ao momento atual.

Para a realização deste estudo, utilizou-se da ferramenta de entrevista, além de uma revisão bibliográfica para o levantamento de dados. Como embasamento para tais discussões, as ideias de Mirlene Ferreira Macedo Damázio, além de autores como Romeu Kazumi Sassaki, chamado “o pai da inclusão” no Brasil.

A partir dos dados obtidos, em um primeiro momento é traçada essa linha do tempo, passeando pelos diferentes momentos históricos e os principais acontecimentos que marcaram essa trajetória, discutindo as conquistas, os retrocessos e os conflitos relacionados à educação de surdos e em torno da língua de sinais, seguido de uma discussão sobre o que é a proposta de educação inclusiva e qual a contribuição do AEE para a implementação dessa perspectiva.

Posteriormente, são apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos através da entrevista com a responsável pelo atendimento do caso em questão, através dos quais empenha-se em debater como se dá a realização desse serviço, qual importância desse

atendimento para o aluno surdo e quais os principais desafios encontrados na realização deste trabalho. Por fim, a conclusão e explanação sobre as contribuições dessa pesquisa.

2. HISTÓRIA, PERDAS E CONQUISTAS DO POVO SURDO DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS

O objetivo deste capítulo é tratar sobre a educação de pessoas surdas, realizando uma breve análise histórica da luta da comunidade surda pelo direito à educação, procurando compreender como o surdo era visto ante a sociedade em diferentes momentos históricos e como essa visão influenciava na educação que os mesmos recebiam. Além disso também daremos um espaço para elencar algumas conquistas e algumas perdas que ocorreram nesse período e que cada um à sua maneira contribuiu para a localização da língua de sinais onde ela está hoje.

2.1 Um pouco da história do povo surdo

A educação de surdos, tal qual a de outros deficientes, durante muito tempo foi um direito negado. Para entender o motivo disso é necessário regressar no tempo e observar como o sujeito surdo era visto ante a sociedade desde a Antiguidade.

Na Idade Antiga a falta de conhecimentos científicos fazia com que as pessoas daquela época buscassem outras explicações para fenômenos sobre os quais a ciência ainda não tinha explicação. Dessa forma se acreditava que pessoas surdas eram amaldiçoadas por divindades ou possuídas por espíritos malignos, e por esses motivos eram abandonadas à própria sorte, escravizadas ou até mesmo condenadas à morte – como, por exemplo, na Grécia Antiga, onde esses indivíduos eram lançados do topo dos rochedos de Teygété ou nas águas de Barathere –

No que se refere à educação de surdos, um pensamento do filósofo Aristóteles (382-322 a.C) deixa claro a visão se tinha a respeito disso na época. Segundo ele “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ou seja, não se acreditava que o surdo pudesse pensar e por esse motivo, a ideia de ensinar um surdo era tida como um absurdo.

O pensamento de Aristóteles nos leva a uma ideia equivocada sobre a aprendizagem que persiste até os dias atuais, que foi intitulada como educação bancária por Paulo Freire

uma vez que para ele “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Paulo Freire (2002, p. 21). Percebe-se aqui que conhecimento não é construído pelo próprio indivíduo, mas passado do professor - que é o detentor de todo saber - e a Metodologia Didática é a exposição oral. E nesse caso tem a fala e a escuta como ferramentas cruciais.

Seguindo essa perspectiva a ideia de ensinar um surdo pode realmente parecer uma tolice ou como algo impossível, e a persistência nesse pensamento por educadores até os dias atuais dificulta demasiadamente o processo de ensino/aprendizagem.

É fundamental considerar também o papel que a razão ocupava na antiga sociedade grega. Após o surgimento da pólis grega, a filosofia passou a ocupar o lugar da mitologia e com isso, o homem passou a utilizar a razão (logos) para buscar explicações de fenômenos naturais, humanos e divinos.

Com tudo, a ideia de razão estava bastante atrelada a fala, e acreditava-se que o indivíduo que não possui domínio da fala não possuía também razão. A oralidade era indispensável também para a questão da cidadania, já que só eram considerados cidadãos, homens politicamente ativos e capazes de defender seus interesses em debates públicos, sendo assim os surdos, por não terem o domínio da linguagem oral, não se encaixavam nesse grupo.

Já durante a Idade Média, O Imperador Justiniano, em 529, estabeleceu leis que proibiam que os surdos elaborassem testamentos, realizassem contratos, possuíssem propriedades ou recebessem heranças, com exceção dos surdos que dominavam a fala. E foi baseado nessa condição que, ainda durante a Idade Média, surgiram as primeiras iniciativas relacionadas à educação de surdos que consistiam basicamente em ensinar o surdo a oralizar para que estes pudessem de certa forma se integrar ao mundo dos ouvintes. John Beverley foi o primeiro a ensinar uma pessoa surda a falar, que se tem registro, em 700, e por esse motivo Beverley foi considerado por muitos o primeiro educador de surdos.

O Monge Beneditino, Pedro Ponce de León (1520-1584), era um educador dos filhos surdos dos nobres. León foi o responsável pela criação da primeira escola para surdos e pelo desenvolvimento do primeiro alfabeto manual, que garantia que os surdos aprendessem a soletrar as palavras. Juan Pablo Bonet deu continuidade ao trabalho de León, se tornando um estudioso “dos surdos” e ensinando os surdos as lerem e falarem. Porém, mesmo sendo um sucessor do trabalho de León, que desenvolveu o primeiro alfabeto manual, Bonet, além de utilizar a o chamado método oral, proibiu o uso da língua gestual como forma de comunicação dos surdos.

Em contraponto, o médico inglês John Bulwer (1644) acreditava que a língua gestual merecia um lugar de destaque na educação dos surdos, nesse sentido, Bulwer publicou vários livros defendendo o uso dos gestos para comunicação entre surdos. Além disso, ele foi o primeiro a desenvolver um método para se comunicar com os surdos e defendia que a língua gestual era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral (Philocopus, 1648).

Por sua vez Jhon Wallis até tentou ensinar vários surdos a falar, mas desistiu de tentar ensinar a oralidade e dedicou-se a ensiná-los apenas a escrever através de gestos.

Um grande marco na história da Educação dos Surdos teve como protagonista o francês Abade Charles Michel de L'Épée (1729), que após conhecer duas irmãs surdas que se comunicavam através de gestos, passou a manter contato com surdos não nobres que circulavam pela cidade de Paris, a fim de aprender o seu meio de comunicação e passou a instruir surdos em sua própria casa utilizando a língua gestual e a gramática francesa. Com base em suas experiências, L'Épée concluiu que consistia em uma perda de tempo tentar ensinar o surdo a falar (GOLDFELD, 1998).

Outro fato importante sobre L'Épée é que o francês foi um dos primeiros a reconhecer que o surdo era um ser que possui língua própria. Por seu pensamento em relação a educação dos surdos, ele recebeu várias críticas de outros educadores de surdos da época, que utilizavam principalmente o método da oralidade. É importante mencionar também que L'Épée foi o responsável por fundar as primeiras escolas para surdos em Paris.

Uma dessas escolas, considerada a primeira, teve início em 1760, originalmente na própria residência de L'Épée, situada na rua Moulins, nº 14, em Saint-Roch, Paris, e posteriormente veio a se tornar o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. O instituto funcionava com um regime de internato e recebia crianças pobres. O método de ensino adotado por L'Épée nas aulas centrava-se no uso de gestos já utilizados pelos surdos para se comunicar, combinados com outros inventados pelo próprio L'Épée para representar as terminações verbais, artigos e verbos auxiliares da língua francesa.

O grande diferencial do trabalho de L'Épée e que se tornou sua marca, foi a abertura de suas aulas e métodos para terceiros por meio de demonstrações em público, visando impressionar espectadores afortunados e que pudessem financiar a educação dessas crianças. Como resultado dessas apresentações, o método de L'Épée influenciou toda a educação de surdos, ele passou então a ministrar programas de ensino/treinamento para estrangeiros que objetivavam levar esse método para seu país de origem.

Esse feito contribuiu não apenas para a abertura de inúmeras escolas para surdos ao redor do mundo, mas também para disseminação da língua gestual. Um exemplo disso é o de

Laurent Clerc, aluno de l'Épée, que foi cofundador da primeira escola de surdos da América do Norte, e levou consigo a língua gestual que foi fundamental para formar as bases do que se tornaria a ASL (American Sign Language).

Já na Idade Contemporânea, um acontecimento tido como um retrocesso marcou a história da Educação de Surdos foi a determinação da supremacia dos métodos orais puros, proibindo qualquer outro tipo de comunicação entre surdos. Tal decisão foi tomada durante a Convenção Internacional de Milão, em 1880, por um comitê formado exclusivamente por ouvintes. Esse acontecimento revela que nenhuma luta é linear, mas é marcada por avanços e retrocessos.

Nenhum outro evento na história de surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação, que arrasou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma 'etnocêntrica ouvintista', tendo de imitá-los (STROBEL; PERLIN, 2008, p. 6)

É importante salientar que, antes do Congresso, ao longo do século XVIII, levantou-se duas tendências completamente opostas na educação dos surdos: o gestualismo (ou método francês) e o oralismo (ou método alemão). Embora os surdos em sua grande maioria defendessem o gestualismo, e somente ouvintes apoiassem o oralismo, ficou decido como proibida qualquer forma de comunicação que não fosse a oral. Uma década após o Congresso de Milão, acreditava-se que o ensino da língua gestual havia sido praticamente extinta das Escolas Europeias, enquanto o oralismo se espalhava por outros continentes.

Durante o século XX a educação dos surdos passou a ser dominada pelo oralismo, entretanto o fato de não se ter uma cura para a surdez, os insucessos do oralismo passaram a ser cada vez mais evidentes, pois surdos que eram educados através desse método não conseguiam ingressar no mercado de trabalho, nem se comunicar com os ouvintes desconhecidos ou manter conversas com fluidez.

Anos após o congresso de Milão teve início uma luta grande resistência a língua oral pela comunidade surda e defensoria a língua de sinais e apesar da proibição e dos castigos que eram aplicados os surdos continuaram a se comunicar com sua língua gestual.

A ciência desde muito tempo passou a se interessar sobre o tema do surdo e da surdez. Desta forma fazendo vários experimentos que conseguissem dar respostas plausíveis sobre os motivos de o surdo não ouvir e também não falar. Esses experimentos, em sua grande maioria

invasivos ao passo que diagnosticavam a surdez do ponto de vista biológico começou também a criar possíveis formas de solução ao problema.

Assim, em 1898, surgiu o primeiro aparelho auditivo, com a amplificação eletrônica, que teve início em 1876, quando Alexander Graham Beel inventou o telefone com a intenção de amplificar o som para a esposa e mãe surda. A ideia é concretizada em 1900, em Viena, por Ferdinand Alt, em 1948 surgem aparelhos com pilhas incorporadas e apenas 1953 a ser usado o transistor em prótese.

No ano 1927 teve início uma prática que gerou diversas controvérsias na comunidade surda, trata-se das primeiras tentativas de implantação coclear. A justificativa usada por quem defendia o implante coclear era a de tal procedimento é apenas resumida a aquisição da língua oral, sendo esse procedimento simples e seguro, garantindo que a criança pudesse viver uma vida social e sem a deficiência. Segundo a comunidade surda como um todo, tal prática obriga a criança surda a ser ouvinte além de ser invasiva, o que acaba influenciando outros a negligenciar necessidades e meios de apoio à deficiência. O que muitos médicos recomendam é que a cirurgia de implante seja acompanhada pelo ensino da linguagem gestual como forma de garantir o desenvolvimento cognitivo da criança de forma integral.

Após muitos anos de imposição cultural e social de uma maioria linguística, o reconhecimento da língua gestual como a língua natural dos surdos é sem dúvidas uma das maiores conquistas da comunidade surda. Isso porque a língua gestual não se dá de forma sintética, mas é naturalmente desenvolvida e adquirida de forma espontânea.

2.2 A língua de Sinais No Brasil

No Brasil, a história da Educação dos Surdos tem como marco inicial a fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), em 1857 por Dom Pedro II e Padre Ernest Huet. Nomeado na Época como Instituto Imperial de Surdos – Mudos, o mesmo funcionava como um regime de Internato.

Em termos de comunicação, as crianças que viviam aqui, além dos sinais que estas já usavam para se comunicar antes de entrar para o instituto, também estavam expostas a língua de sinais francesa e aos sinais metódicos utilizados pelo Padre Huet, que por sua vez, os aprendeu enquanto era educado no instituto de Surdos – Mudos de Paris.

Foi dessa conexão que surgiu a língua de sinais brasileira – uma mistura da língua francesa, com alguns sinais já usados no Brasil e outros próprios de cada região - que foi disseminada no território brasileiro a partir da volta das crianças educadas no Instituto para suas regiões de Origem.

Atualmente o INES realiza um importante trabalho de inclusão além de ser referência nacional no ensino da Língua Brasileira de Sinais. O Instituto oferta aulas em libras desde a educação básica até a graduação em Pedagogia, pedagogia bilíngue, cursos de capacitação em Língua Portuguesa e LIBRAS, especialização e mais recentemente o início de um curso de mestrado em educação bilíngue.

Em 1929, surge o Instituto Santa Terezinha, em São Paulo. Na cidade de Campinas pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário. Ao contrário do INES, que inicialmente só atendia a meninos, esse segundo Instituto atendia somente meninas.

É importante salientar que, a princípio, a educação de surdos no Brasil foi influenciada pelo método francês, mas em momento posterior, acabou-se aderindo ao movimento mundial iniciado no Congresso de Milão (1880) que defendia que a educação de surdos deveria acontecer por meio do método da oralidade.

Em 1987, foi fundada a primeira entidade representativa da comunidade surda, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), que tinha como principal objetivo a defesa da Língua Brasileira de Sinais.

Outra entidade, com um propósito um tanto quanto diferente das já citadas, mas também que merece destaque é a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), fundada em 17 de Novembro de 1984, mas com uma história que teve início bem mais cedo, durante a década de 50 com um movimento de criação de Associações de Surdos, que inicialmente funcionavam apenas como espaços de recreação e lazer, mas ao longo do tempo tornaram-se importantes pontos de articulação política e prática de desportos. Ao longo de sua existência, a CBDS contribuiu e continua contribuindo com a inclusão social das pessoas surdas através do esporte.

Após anos de luta, retrocessos e conquistas, estamos vivendo a fase da educação inclusiva. Segundo Mantoan (2003), um paradigma entra em crise quando já não é capaz de satisfazer a sociedade no momento histórico em que está inserido e não pode solucionar os problemas que esta apresenta. É nessa perspectiva que inclusão se compromete em derrubar o paradigma atual.

Sobre essa concepção atual de educação de surdos, filosofias educacionais e outros temas abordaremos no capítulo seguinte.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EDUCAÇÃO DE SURDOS E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A educação da pessoa com deficiência, ao longo da história, passou por diversas concepções. Tendo seus próprios indivíduos como precursores, na linha de frente e que ao passo que a sociedade se desenvolvia, junto com outras pessoas não deficientes que compreenderam a necessidade da garantia desses direitos para todos.

Dessa forma, observamos as concepções educacionais se modificando. Na fase designada como segregação, a educação se dava de forma dualista, sendo a escola regular destinada ao ensino de crianças consideradas normais, e a escola especial, para o ensino de crianças que apresentavam alguma deficiência, inclusive surdez.

A palavra segregar tem origem do Latim e significa “afastar, retirar do meio, separar”, logo segregar os alunos significava separá-los numa espécie de classificação, entre alunos normais e alunos especiais.

Por alunos normais entende-se as crianças não deficientes. Já os alunos deficientes eram tidos como os alunos especiais, pois segundo essa concepção, tinham um tratamento com características especiais.

“Pessoas com necessidades especiais” surgiu, a priori, para substituir “deficiência”. Também apareceram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais”, em uma tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”. (SASSAKI,2014)

Como deixa claro a fala de Sassaki, o termo criança/aluno especial, surgiu como uma tentativa de substituir o termo “deficiente”, objetivando referir-se a pessoa deficiente de uma forma mais branda.

A Convenção sobre os direitos da pessoa surda, altera o conceito de deficiência, deslocando o foco da pessoa para o ambiente, ao preconizar que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. (ONU Art. 1)

Após a fase da segregação, deu-se início a integração, onde a criança tem o direito a frequentar a sala regular - fase da integração - entretanto podemos afirmar que a integração

divide a responsabilidade de sua inserção, em outras palavras o aluno deve se adaptar ao ambiente e não o contrário.

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 70, seria a terceira fase que constitui a fase da integração, quando o portador de deficiência começou a ter acesso à classe regular, desde que se adaptasse e não causasse nenhum transtorno ao contexto escolar. Embora a bandeira da integração já tivesse sido defendida a partir do final dos anos 60, nesse novo momento houve uma mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, escolas regulares aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns ou, pelo menos, em ambientes o menos restrito possível. Entretanto, só se consideravam adaptar-se à classe regular como esta se apresentava, portanto, sem modificação no sistema escolar (BLANCO, 2003, p. 28).

Na década de 90, a corrente da Educação Inclusiva ganhou ainda mais força, e muito se falava sobre o movimento mundial, denominado “Inclusão Social”. Para Nascimento (2014, p. 18), “o movimento pela Educação Inclusiva significa uma crítica às práticas marginalizantes encontradas no passado, inclusive as da própria Educação Especial”.

Baseado nesse conceito de Educação Inclusiva, a criança, que antes fora segregada das demais crianças ditas normais, colocada em uma sala regular sem que lhe fosse oferecido suporte para seu desenvolvimento, ganha a garantia do seu direito à igualdade e direito à diferença. Podendo então matricular-se em sala regular e na sala de atendimento especializado, e todo o processo educacional está voltado para as especificidades do aluno.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

Assim como qualquer outra criança, a criança deficiente requer um tratamento educacional específico que respeite suas singularidades enquanto discente e enquanto “deficiente” e ao mesmo tempo respeite sua igualdade de direitos.

Os princípios da educação inclusiva, segundo a declaração de Salamanca (1994), proclamam que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

O termo "necessidades educacionais especiais" faz referência a todo indivíduo com qualquer deficiência, seja ela física ou mental. Nesse caso, segundo os princípios da educação inclusiva, todo deficiente além do ter direito a ser acolhido pela escola regular, também tem o direito de ter o processo educacional voltado para ele e suas necessidades.

Nessa perspectiva de educação inclusiva, de respeitar as singularidades do aluno e promover igualdade, foi que nasceu a proposta do Atendimento Educacional Especializado.

Segundo o Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, Art. 10:

"§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008).

Isso significa que, o atendimento educacional especializado é um conjunto de serviços, não se resumindo exclusivamente a sala de recursos.

Além do referido decreto, o Ministério da Educação - ME, o Conselho Nacional de Educação - CNE e a Câmara de Educação Básica - CEB, publicada em outubro de 2009 na Resolução nº 4, estabelece as Diretrizes Operacionais para o funcionamento do AEE na Educação Básica, de acordo com este decreto, este serviço tem como alvo os alunos com deficiência, distúrbios globais do desenvolvimento, sobrelotação / altas competências, e tem como função identificar, desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que apoiem a aprendizagem integral do aluno. De acordo com este mesmo decreto, o AEE é parte integrante do processo educativo, mas difere da sala da sala regular em função e espaço, como descrito no decreto abaixo:

Art. 5º - O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, fica evidente que o objetivo do AEE não é segregar alunos deficientes e alunos não deficientes, nem substituir a sala regular, mas garantir igualdade de direitos para o desenvolvimento do aluno segundo suas singularidades. Podemos afirmar nesse caso que não é meramente garantir igualdade, mas sim equidade, para o acesso, participação e permanência de todos os estudantes com demandas específicas.

O AEE é uma importante ferramenta de inclusão. Isso porque ele não foca apenas no conteúdo acadêmico, mas trabalha também no desenvolvimento emocional e inserção social do aluno. No entanto, assim como qualquer outro serviço, tem desafios a serem vencidos.

Uma reclamação muito frequente dos profissionais envolvidos no AEE, é a de que muitos profissionais da comunidade escolar, retiram uma parcela da sua responsabilidade e a coloca sobre quem realiza o atendimento especializado, o colocando como tutor da criança deficiente e total responsável pela mesma, se distanciando do princípio de que esse deve ser um trabalho conjunto.

No caso do AEE de surdez, a responsabilidade de comunicar-se com o aluno em sua própria língua é posta como dever apenas do intérprete e/ou profissional da sala de recursos, rompendo assim com o princípio da inclusão de inserir o aluno no campo social escolar.

3.1. Teoria E Prática do Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez.

Para compreender o atual momento do atendimento educacional especializado para alunos com surdez é necessário compreender que assim como houve mudança na concepção da educação para pessoas com deficiência, a educação de surdos também passou por seus processos de transformação. Assim importa destacar as 3 filosofias de educação de surdos existentes, sendo elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

Como já dito anteriormente, método oral ou oralismo, caracteriza-se basicamente pelo ensino da oralidade a pessoa surda, em suma o objetivo desse método é fazer como que a pessoa surda seja capaz de receber a língua oral através da leitura orofacial e/ou amplificação sonora, e se expresse através da fala. Os gestos e outros tipos de comunicação são estritamente proibidos.

No famoso Congresso de Milão (1880), esse método foi considerado o único eficaz na educação dos surdos, pois segundo seus apoiadores, era o único capaz de integrar o surdo na sociedade ouvinte.

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se, como um membro produtivo, ao mundo dos ouvintes (CAPOVILLA, 2000, p. 102).

Por sua vez, a Comunicação Total valida diversos recursos linguísticos que possam auxiliar o aluno a alcançar seu pleno desenvolvimento, preocupando-se assim com a aprendizagem da língua oral, de forma a assegurar a comunicação do surdo com pessoas ouvintes, mas sem deixar de lado outros aspectos, como o cognitivo e o emocional.

De acordo com os defensores desse método, todos esses recursos - códigos manuais, linguagem de sinais, linguagem oral, etc - são facilitadores da comunicação do surdo, surgindo a partir da comprovação da ineficácia do Oralismo para a educação dos surdos, no entanto, “[...] a Comunicação Total não está em oposição à utilização da língua oral, mas apresenta-se como um sistema de comunicação complementar” (MARCHESI, 1995, p. 59).

Todavia, a Comunicação Total também não surtiu resultados satisfatórios e partir desse fracasso nasce o Bilinguismo. Este último modelo metodológico caracteriza-se pela utilização de duas línguas (Língua de sinais e Língua Portuguesa, no caso do Brasil) para a educação de alunos surdos. Assim, a língua materna do surdo a língua de sinais se caracteriza como sendo sua primeira língua (L1) e o português em sua modalidade escrita se configura como sua segunda língua (L2). O Bilinguismo, então:

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra (LACERDA 1998 p.10).

Lacerda (1998), defendendo a metodologia bilíngue, enfatiza que os surdos adquirem conhecimento por meio de canais visuais e da mistura de linguagens, dessa forma, na comunicação total, é difícil para os surdos adquirirem conhecimento, visto que cada idioma tem suas próprias características independentes, por isso é impossível que o mesmo fale duas línguas (língua de sinais e língua falada) simultaneamente no ambiente escolar.

Já segundo Guarinello:

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança

surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (...) Na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária) (GUARINELLO 2007, p. 45-46).

Percebemos então o ponto que mais importante na diferenciação desse último método para os demais, sendo esse a valorização dos direitos e da identidade da pessoa surda.

É justamente baseado nesse modelo metodológico que está fundamento o funcionamento do AEE para alunos com surdez, que busca oferecer uma educação bilíngue e totalmente inclusiva, sendo formado por três momentos que veremos a seguir.

O primeiro momento a ser percorrido diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado em Libras, que caracteriza pela explanação de todo conteúdo curricular proposto no planejamento didático, inteiramente na língua materna do surdo e preferencialmente ministrado por um professor surdo. Tal trabalho deve ser realizado todos os dias ou a julgar pela necessidade do aluno, planejamento docente e outros fatores relevantes na elaboração do Plano de Atendimento Individual¹ do aluno, sempre no contra turno da sala regular. Tanto o trabalho quanto o espaço onde o mesmo é desenvolvido deve contar com o uso de muitos elementos visuais, pois são essenciais para complementar.

O que Campello (2007) define como “pedagogia visual”, é tida por muitos como a melhor forma de “alcançar” os alunos surdos e favorecer a sua aprendizagem por muitos pesquisadores da área. Segundo ele, os educadores devem fazer grande uso da visualidade e explica a pedagogia visual como a que faz uso da língua de sinais e elementos da cultura surda como:

(...) contação de história ou estória, jogos educativos, envolvimento da cultura artística, cultura visual, desenvolvimento da criatividade plástica, visual e infantil das artes visuais, utilização da linguagem de Sign Writing (escrita de sinais) na informática, recursos visuais, sua pedagogia crítica e suas ferramentas e práticas, concepção do mundo através da subjetividade e objetividade com as “experiências visuais” (CAMPELLO, 2007, p. 129).

Vale ressaltar que os profissionais ideais para realizar esse trabalho são professores com graduação em licenciatura para ensino de Libras e que tenham pleno domínio e fluência dessa língua, e o planejamento deve ser feito em conjunto com o professor da sala regular e

¹ O Plano de Atendimento Individual - PAI, Plano de Ensino Individual – PEI ou outra forma como seja denominado diz respeito ao planejamento realizado pelo professor responsável da sala de AEE para os alunos atendidos levando em conta suas informações, perfis, necessidades, aprendizado, habilidade e competências já desenvolvidas e o que mais for necessário para um bom desempenho das atividades no AEE.

professor de Língua Portuguesa, visto que os conteúdos abordados nesse momento, serão muitas vezes os mesmos da sala regular.

Segundo Damázio

O Atendimento Educacional Especializado em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum, o que favorece ao aluno com surdez a compreensão desse conteúdo. Nesse atendimento há explicações das idéias essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula comum (DAMÁZIO, 2007, p. 29).

Outro momento pedagógico proposto é o atendimento de libras e caracteriza-se pelo ensino de Libras a fim de favorecer o conhecimento e a aquisição principalmente dos termos científicos. O trabalho é iniciado a partir de um diagnóstico da situação do aluno em relação a Libras.

O atendimento deve ser realizado todos os dias ou de acordo com as necessidades estipuladas no PAI, no contra turno a sala regular, por um professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), respeitando as especificidades dessa língua.

Muito além de apenas alfabetizar o aluno na Língua de Sinais, esse atendimento tem relação com a vinculação do surdo com sua cultura.

Por último, mas igualmente necessário, o Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, se constitui como o terceiro momento do AEE, tem como objetivo o trabalho das especificidades da Língua Portuguesa para o aluno surdo.

O objetivo desse atendimento é desenvolver a competência linguística, bem como textual, dos alunos com surdez, para que assim, o mesmo seja capaz de ler e escrever na Língua Portuguesa.

O ensino é desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça os pressupostos lingüísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que, sobretudo acredite nesta proposta estando disposto a realizar as mudanças para o ensino do português aos alunos com surdez. (DAMÁZIO, 2007, p.38)

Vale ressaltar que esse é um trabalho conjunto que nenhuma parte substitui ou exclui a outra, mas sendo proporcionalmente dependentes e estando diretamente ligadas umas às outras.

4. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA UM ALUNO SURDO NA ESCOLA JOSÉ ABDALLA

Estudar acerca da educação de surdos se faz necessário para conhecermos os desafios, o funcionamento e importância dessa modalidade da educação. É através de tal estudo que podemos estabelecer parâmetros para a melhoria desse atendimento e perceber o quão importante ele é para o aluno surdo. Foi com esse pensamento que a presente pesquisa foi elaborada.

Esta pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso.

“A produção de qualquer conhecimento científico depende, em muito, das técnicas de coleta, análise e interpretação de dados e da forma como são aplicadas.” (Pinsonneault & Kraemer, 1993).

Para esta pesquisa utilizou-se da entrevista como principal instrumento para a coleta de dados, visando colher depoimentos e informações que evidenciam a importância do AEE para o desenvolvimento do aluno surdo, utilizando como base para isso o caso de um aluno específico que usaremos o nome fictício de Thiago.

Thiago frequenta a Escola Municipal José Abdalla, na qual recebe atendimento tanto da sala regular quanto do AEE. A escola atende a alunos do Ensino Fundamental II nos turnos matutino e vespertino.

Anteriormente, a escola não contava com esse atendimento. Dessa forma, o aluno frequentava somente a sala regular, a qual não lhe oferecia o suporte necessário. Após muita luta por parte da mãe do aluno, o mesmo passou a ser atendido em uma sala improvisada SEMED, onde teve início sua alfabetização em Libras. Já ano seguinte exigiu-se uma intérprete para o aluno na sala regular e este passou também a ser atendido pelo AEE na mesma escola.

É de suma importância ressaltar que Thiago é surdo de nascença e filho de pais ouvintes. Por esse motivo o contato de Thiago com a Libras se deu de forma mais tardia. Anteriormente a isso, o aluno se comunicava unicamente através de mímica. Mesmo com o atendimento na sala regular, o aluno não tinha progresso, já que não havia uma adaptação do conteúdo ou trabalho específico para que o mesmo pudesse desenvolver suas capacidades.

Essa realidade só muda quando a mãe do aluno encontra ajuda com a professora que cedeu essa entrevista, nesse caso a chamaremos pelo nome fictício de Luíza. Luíza é

instrutora de Libras e exerce esse cargo há 4 anos. A mesma se disponibilizou a atender o aluno sem que ainda houvesse uma estrutura pensada e apropriada para recebê-lo. E assim teve início a trajetória desse caso.

Em virtude da pandemia do novo coronavírus (covid-19) em curso desde março no país, esta pesquisa foi feita por meio da ferramenta Google Formulário onde se apresentou o questionário à professora e esta nos concedeu suas respostas. A seguir serão apresentadas as informações colhidas na pesquisa.

Qual a principal função do AEE no processo de ensino/aprendizagem de um aluno surdo?

“Desenvolver os alunos em todos os aspectos sociais e cognitivos, os alunos se interessam, fazem perguntas, analisam, criticam, fazem analogias, associações diversas entre o que sabem e os novos conhecimentos em estudos.”

Falando especificamente do caso do aluno Thiago, como teve início seu atendimento? Explique um pouco dos processos.

“Thiago foi um caso bem específico, eu o atendia em uma sala da semed, onde fiz algumas adaptações e iniciei com o mesmo do zero, ele era analfabeto em sua língua materna pois o mesmo só usava mímicas e sinal caseiro, no entanto o fato dele ter tido essa preparação na sala de recursos, no ano seguinte exigiu-se uma interprete na sala regular, para que todo o português fosse transformado em libras em seu cotidiano e assim Thiago se tornaria uma pessoa fluente em sua língua materna.”

Outro ponto importante que vale ressaltar é que, antes de ser alcançado pelo AEE, o aluno era analfabeto, em sua língua materna e na Língua Portuguesa e se comunicava apenas através de mímica, como também denuncia a entrevistada. É mais um ponto que revela a importância do AEE.

Crianças surdas filhas de pais ouvintes geralmente demoram mais tempo para ter contato com língua de sinais. Esse primeiro contato se dá quando tem início na escola e potencializado no Atendimento Educacional Especializado e principalmente no contato da criança com os demais surdos. O que leva a outro comentário interessante da professora entrevista, quando ele alega que o maior desafio encontrado neste trabalho é a negligência

por parte dos pais. Por não se tratar do sistema de ensino “oficial”, muitos pais não reconhecem, e não dão a devida importância.

A participação da família é fundamental nesse processo de inclusão. Em muitos casos a falta de conhecimento e informação da família, não há uma compreensão do quanto a Libras se faz fundamental na vida de uma pessoa surda.

Oliveira et al. (2004) relatam que a aceitação e adoção de Libras na família foi fortemente resistida pela família. A recusa em usar outras línguas além da sua nas conversas com as crianças faz com que os pais e familiares façam até mesmo mímica. Isso constitui um sinal de rejeição da surdez e cria conflito emocional entre as crianças surdas.

Ainda de acordo com as autoras, a falta de comunicação também pode levar a dificuldades na compreensão das necessidades das crianças, bem como aos problemas sociais das crianças, às vezes levando a um comportamento agressivo. A falta de linguagem adequada para surdos em casa só levará à rigidez e à imaturidade emocional, mas só produzirá pensamentos específicos, conceitos básicos e baixa sociabilidade.

No caso em questão o envolvimento da família, principalmente da mãe, foi fundamental, visto que foi a mesma que sempre buscou por melhorias para a educação do filho, inclusive a responsável por favorecer para que o filho fosse alcançado pelo AEE.

Infelizmente, esse é um caso à parte, e muitos alunos não têm a mesma vivência. Em diversos casos, a falta de conhecimento em relação à surdez, a educação inclusiva, a falta de compreensão em relação à situação das crianças surdas, faz com que muitas famílias não dêem a devida importância a esse trabalho. Chegando até mesmo a reclamar, visto que, em sua percepção, lhe proporciona mais trabalho com a criança em questão.

Como era a situação escolar do aluno em questão quando deu início ao atendimento especializado? Ele frequentava a sala de aula regular? Se sim, que tipo de atividades eram desenvolvidas com ele?

“Na época tenho relatos de que o aluno Thiago já estava se recusando a frequentar a escola devido a falta de inclusão que já era bem gritante, enquanto os outros alunos desenvolviam suas atividades normais, a atividade ofertada ao Gabriel saía totalmente do ritmo e do conteúdo da aula, ele enfatiza que geralmente era de pintar ou desenhar, no entanto dá início ao atendimento especializado mudou todo o contexto e resignificou sua trajetória enquanto discente, avançou até em sua personalidade, se tornou alguém crítico e mais exigente em seus diretos .”

A observação da professora entrevistada, remete a situação não apenas do caso em questão, mas que é também a realidade de muitos outros alunos surdos. Segundo ela, o aluno frequentava a sala regular já antes de ser alcançado pelo AEE, no entanto as atividades a ele oferecidas não condiziam com o que fora idealizado para os demais alunos. Não havia de fato um planejamento específico para atender ao aluno e o mesmo enfatiza que as atividades se resumiam a pintar e desenhar. A situação se tornara tão desgastante que o discente já recusava-se a frequentar a escola.

Como afirma Segala (2009), estar incluído significa sentir-se parte do mundo, compartilhar o mundo do outro, poder adentrar-se nele. Não basta matricular um surdo em uma sala de ouvintes, tampouco matricular um ouvinte em uma sala de surdos. Isso não é inclusão.

A matrícula em uma sala regular não quer dizer que o aluno deficiente está incluído, é necessário bem mais. Situações como a relatada pela entrevistada, revelam mais a respeito do despreparo do profissional da educação para atender ao aluno com essa deficiência, do que do aluno em si.

Hoje em dia, o aluno frequenta a sala regular? Se sim, como funciona esse trabalho conjunto entre a sala regular e o AEE?

“Ele frequenta assim a sala regular, e fazemos um "casamento" entre os dois estudos vigentes, na sala regular o acompanha a intérprete diariamente e na sala de recursos abordamos tanto o que se tá vendo na sala regular quanto outros temas relacionado ao dia a dia .”

Essa fala da entrevistada abre espaço para falar daqui que alguns estudiosos chamam de ensino colaborativo. O termo colaborar significa “trabalhar com uma ou mais pessoas em uma obra; cooperar; participar”, nesse caso, o ensino colaborativo se caracteriza por esse aspecto de trabalho em conjunto.

O ensino colaborativo ou co-ensino envolve um par de professores (um da educação regular e o outro da educação especial) atuando em equipe e assumindo diferentes tipos de arranjos [...] os quais podem ocorrer durante períodos fixos de tempo, em determinados momentos, ou mesmo em certos dias da semana. No ensino colaborativo, dois ou mais

professores compartilham a responsabilidade de planejar, de implementar o ensino e da disciplina da sala de aula, podendo ocupar a mesma sala de aula. (MENDES, 2014 apud BENDINELLI, 2018)

Não se trata apenas de trabalhar os mesmos conteúdo. Esse trabalho conjunto exige um planejamento participativo, com objetivos em comum e que as ações de ambas as partes envolvidas estão relacionadas entre si e direcionadas para alcançar esses objetivos.

Um cenário muito corriqueiro, é a passagem da responsabilidade de ensinar o aluno surdo apenas para o professor do AEE, quando na verdade esse deve ser um trabalho conjunto, entre sala regular e sala de recursos. Por esse motivo, não apenas o professor do AEE deve buscar qualificação, mas também o professor que irá receber o aluno deficiente na sala regular deve se qualificar para esse ofício.

A respeito disso, a Doutora Marilda Moraes Garcia Bruno (UNESP), no artigo publicado pela Revista Benjamin Constant de dezembro de 2007, ano 13, número 38, afirma:

(...) “Torna-se imprescindível focalizar este tema na revisão dos cursos de Pedagogia e nas demais licenciaturas, para que não fique restrito ao campo da especialização, como sugere a Resolução CNR/CP nº 01/2006.” (...)

O AEE tem sua importância, mas não substitui o trabalho na sala regular. Se não existe esse trabalho na sala regular, então não existe inclusão.

No caso em questão, a situação foi revertida com a chegada do AEE, segundo a professora entrevistada, o aluno passou a conhecer seus direitos e reivindicá-los, o que teve total diferença em sua vida em diferentes aspectos, tanto cognitivo, como social e afetivo.

Que atividades são realizadas na sala de recursos com o aluno? Descreva um pouco cada uma delas.

“Realizamos atividades temáticas, atividades conteudista de acordo com que se está vendo na sala de aula ,abordamos temas em sociedade, atividades práticas com material confeccionado, temos o coral de libras, fazemos adaptação de atividades feita na sala na sala regular e dentre inúmeras outras ...”

A diversidade tanto de recursos como de atividades deve ser trazida para dentro desse serviço que é o AEE. É de extrema importância que o aluno surdo possa experimentar e vivenciar coisas diferentes na educação, para que assim ele possa realmente desenvolver todas as suas capacidades e habilidades.

Como foi mencionado acima na fala da professora, o aluno participa de um coral de libras. Tempos atrás poderia parecer maluquice ensinar música a um surdo, mas graças ao avanços nesse território de pesquisa, isso não só se tornou possível, como vem se tornando cada vez mais comum atualmente e não apenas em relação corais de libras:

As pessoas surdas podem perceber o ritmo, a dinâmica da música, o timbre do cantor, as vibrações, mas tudo isso tem que ser apresentado num contexto significativo, não num contexto mecânico, dificultoso, obrigatório (SÁ, 2011, p. 251).

É a partir dessa compreensão de que podemos sentir o som, que podemos ampliar nossos horizontes e romper com a perspectiva de que ensinar música a um surdo é maluquice.

De que recursos você faz uso para auxiliar no processo de ensino/aprendizado do aluno?

“Quadro, muitas figuras por eles serem visuais, livros, caderno, xerox, material concreto, dominó, material confeccionado de papelão, pincel, lápis etc...”

Qual a maior dificuldade enfrentada no que se refere ao atendimento especializado de forma geral? E nesse caso específico?

“Por muitas vezes, por não ser um ensino "formalizado" obrigatório algumas mães não dão de fato a credibilidade que se merece, no entanto e é perceptível a diferença do aluno que frequenta com eficácia com aqueles que são turista, e também em questão de materiais 80% dos materiais trabalhados são comprados por mim ou confeccionado também por mim, então se torna um atendimento de alta performance e de muito esforço feito pelo professor do AEE, pois exige muita inovação para que se torne um estudo cada vez mais atrativo e prazeroso ao aluno surdo.”

É nessa perspectiva que se percebe a importância de estudar a respeito dos casos de crianças surdas que foram alcançadas pelo AEE. Para que se possa ter percepção do quanto

tal atendimento foi um suporte para o desenvolvimento do aluno, e a grande mudança que trouxe ao mesmo. Através do estudo e da disseminação desse conhecimento será possível que cada vez mais aconteçam finais felizes como o do Thiago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos então que estudar acerca da educação de surdos remete a uma série de questões que estão diretamente ligadas a isso, e que nos ajuda a entender o momento que vivemos nos dias atuais, como por exemplo, a evolução na forma como o surdo era visto diante a sociedade ao longo tempo, desde um sujeito sem quaisquer direitos, nem mesmo direito a própria vida, à um sujeito que tem seu lugar de fala na sociedade, que conquistou seus direitos e tem voz para continuar lutando e reivindicando esses direitos.

Isso, dentre outras coisas, nos ajuda a compreender a importância que a educação especializada tem nessa evolução da luta da comunidade surda. Através do estudo bibliográfico realizado podemos perceber a mudança ao longo dos anos, a evolução da educação de surdos, desde uma educação inexistente - que tinha o surdo como sujeito incapaz de prender - , passando por uma educação oralista - que obrigava que ele fosse introduzido no mundo ouvinte e negasse sua própria cultura - , e chegando a uma perspectiva de educação inclusiva, que busca incluir o surdo no convívio social sem negar sua cultura e sua identidade. Esse é o modelo educacional no qual se insere o AEE, e que permite a formação de alunos capazes de socializar, de aprender, buscar e reivindicar seus direitos, como o aluno do caso estudado.

Estudar casos isolados a fundo, como o que acabamos de acompanhar, nos possibilita visualizar bem o contraste entre os dois momentos da trajetória de um mesmo indivíduo, antes e depois de ser alcançado pelo AEE. Analisar esses diferentes momentos nos faz perceber o quão fundamental esse serviço foi para o desenvolvimento desse sujeito como um todo.

A realização dessa pesquisa me permitiu conhecer e compreender a respeito desse serviço e o papel, não apenas importante, mas também essencial que ele desempenha dentro dessa perspectiva de educação inclusiva. Ainda que eu não siga carreira na educação especial, é meu dever enquanto profissionais da educação conhecer e reconhecer que também faço parte desse trabalho conjunto. A responsabilidade da implementação da educação inclusiva é de toda a comunidade escolar. A inclusão só será de fato inclusão, quando deixarmos de segregar.

REFERÊNCIAS

- BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Atendimento educacional especializado (AEE): pressupostos e desafios**. Diversa educação inclusiva na prática, 2018. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostosdesafios/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas**. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: . Acesso em 08 de mar de 2020.
- BRASIL. Lei Nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989, Brasília/DF, 1989.
- _____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, Brasília/DF, 2008.
- _____. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, Brasília: DF, 2009.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Formação especializada para professores atenderem pessoas com deficiências**, Revista @mbienteeducação, São Paulo, v.1 - n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.
- CAPOVILLA, Fernando C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n. 1, 2000, p. 99-116.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- HUGO EIJI. **Congresso de Milão**. Disponível em: <<https://culturasurda.net/congresso-de-milao/>>. Acesso em: 27 Dez. 2019.
- JAMIE BERKE. **The Milan Conference of 1880: When Sign Language Was Almost Destroyed**. Disponível em: <<https://www.verywellhealth.com/deaf-history-milan-1880-1046547>>. Acesso em: 27 Dez. 2019.
- LEANDRO AUGUSTO. **O Congresso de Milão - 1880**. Disponível em: <https://prezi.com/pjsuhr_dhsac/o-congresso-demilao-1880/>. Acesso em: 27 Dez. 2019.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Wyndz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- NANCY ROURKE. **Milan 1880 on the Table**. Disponível em: <<http://www.nancyrourke.com/milan1880onthetable.htm>>. Acesso em: 17 Jan. 2020.
- OLIVEIRA, R. G. et al. **A experiência de famílias no convívio com a criança surda**. Rev. Acta Scientiarum, Maringá, v. 26, n. 1, p. 183-191, 2004.

PHAFFALIBRAS.BLOGSPOT.COM. **Congresso de Milão**. Disponível em: <<http://phaffalibras.blogspot.com/2012/06/congresso-de-milao.html>>. Acesso em: 27 Dez. 2019

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: **Construindo Uma Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

STROBEL, K. PERLIN; PERLIN, Gladis. **Fundamentos da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras/Lingua Brasileira de Sinais, Florianópolis, 2008.

UFSC. **Historicismo: o Conflito no Congresso de Milão 1880**. Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/scos/cap14131/1.html>> Acesso em: 27 Dez. 2019

APÊNDICE

Entrevista sobre o Atendimento Educacional Especializado

Entrevista sobre o AEE de surdos com a finalidade de coletar dados para a Monografia da aluna Larissa Sousa Oliveira, do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (CCSST), de Imperatriz – MA.

Qual o seu nome completo?

Wagneide Sousa de Lima

Que cargo você ocupada e a quanto tempo?

Instrutor de Libras, ocupo esse cargo à 4 anos.

Faça uma breve descrição sobre as atividades atribuídas a sua função.

Dentro das minhas atividades faço a identificação ,e organização dentro de elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas, como também ensinando e reforçando sua língua materna (LIBRAS) com atividades e refotçando na pratica palavras de seu cotidiano.

Faça uma breve explicação de como funciona o Atendimento Educacional Especializado para surdo. Explique um pouco dos processos metodológicos.

O atendimento especializado realiza um papel fundamental no processo de inclusão do aluno surdo ,Á três momentos didáticos-pedagógicos no AEE ;o AEE para o ensino de libras;o AEE em libras;e o AEE para lingua portuguesa.

Qual a principal função do AEE no processo de ensino/aprendizagem de um aluno surdo?

Desenvolver os alunos em todos os aspectos sociais e cognitivos, os alunos se interessam, fazem perguntas, analisam, criticam, fazem analogias, associações diversas entre o que sabem e os novos conhecimentos em estudos.

Falando especificamente do caso do aluno Thiago, como teve início seu atendimento?

Explique um pouco dos processos.

Thiago foi um caso bem específico, eu o atendia em uma sala da semed, onde fiz algumas adaptações e iniciei com o mesmo do zero, ele era analfabeto em sua língua materna pois o mesmo só usava mímicas e sinal caseiro, no entanto o fato dele ter tido essa preparação na sala de recursos, no ano seguinte exigiu-se uma interprete na sala regular, para que todo o português fosse transformado em libras em seu cotidiano e assim Thiago se tornaria uma pessoa fluente em sua língua materna.

Como era a situação escolar do aluno em questão quando deu início ao atendimento especializado? Ele frequentava a sala de aula regular? Se sim, que tipo de atividades eram desenvolvidas com ele?

Na época tenho relatos de que o aluno Thiago já estava se recusando a frequentar a escola devido a falta de inclusão que já era bem gritante, enquanto os outros alunos desenvolviam suas atividades normais, a atividade ofertada ao Gabriel saía totalmente do ritmo e do conteúdo da aula, ele enfatiza que geralmente era de pintar ou desenhar, no entanto dá início ao atendimento especializado mudou todo o contexto e resignificou sua trajetória enquanto discente ,avançou até em sua personalidade, se tornou alguém crítico e mais exigente em seus diretos .

Hoje em dia, o aluno frequenta a sala regular? Se sim, como funciona esse trabalho conjunto entre a sala regular e o AEE?

Ele frequenta assim a sala regular, e fazemos um "casamento" entre os dois estudos vigentes, na sala regular o acompanha a intérprete diariamente e na sala de recursos abordamos tanto o que se tá vendo na sala regular quanto outros temas relacionado ao dia a dia .

Que atividades são realizadas na sala de recursos com o aluno? Descreva um pouco cada uma delas.

Realizamos atividades temáticas, atividades conteudista de acordo com que se está vendo na sala de aula ,abordamos temas em sociedade, atividades práticas com material confeccionado, temos o coral de libras, fazemos adaptação de atividades feita na sala na sala regular e dentre inúmeras outras ...

De que recursos você faz uso para auxiliar no processo de ensino/aprendizado do alu

Quadro, muitas figuras por eles serem visuais, livros, caderno, xerox, material concreto, dominó, material confeccionado de papelão, pincel, lápis etc...

Qual a maior dificuldade enfrentada no que se refere ao atendimento especializado de forma geral? E nesse caso específico?

Por muitas vezes, por não ser um ensino "formalizado" obrigatório algumas mães não dão de fato a credibilidade que se merece, no entanto é perceptível a diferença do aluno que frequenta com eficácia cpm daqueles que são turista, e também em questão de materiais 80% dos materiais trabalhados são comprados por mim ou confeccionado também por mim, então se torna um atendimento de alta performance e de muito esforço feito pelo professor do AEE, pois exige muita inovação para que se torne um estudo cada vez mais atrativo e prazeroso ao aluno surdo.